

Petroleiros da Amazônia

Boletim do Sindipetro PA AM MA AP nº 03 - 26 de março de 2021



NOSSAS VIDAS IMPORTAM: ESTADO DE GREVE EM DEFESA DA SAÚDE E DA VIDA

Categoria referendou pauta por medidas efetivas de prevenção à Covid-19; negociações não avançam

Em assembleias presenciais e virtual realizadas de 16 a 25/03, os(as) petroleiros(as) da Amazônia debateram e aprovaram mais um passo na organização da luta para pressionar a direção das empresas do Sistema a avançarem na proteção da integridade física dos(as) trabalhadores(as). Também foi discutido o quadro nacional de mobilizações no Sistema Petrobras e a necessidade de unificar a categoria para combater as privatizações e a política de preços dos combustíveis, que está massacrando a classe trabalhadora do país.

Durante o período que ocorriam as assembleias, as gerências regionais estabeleceram algumas tratativas com o Sindipetro, porém sem avanços. Confira os informes:

UN-AM – Ação Civil Pública do sindicato obteve decisão judicial favorável em segunda instância (TRT da 11ª região), prevendo, entre outras medidas: a obrigatoriedade de testes no desembarque, diminuição de efetivo embarcado ao mínimo necessário para manter a produção essencial, disponibilização de máscaras padrão N-95 para todos(as) e implantação de uma comissão de prevenção paritária com a entidade sindical.

No entanto, na primeira reunião após notificação da empresa, ocorrida

em 25/03, os representantes da EOR se retiraram da sala virtual antes que fosse discutida sequer metade da pauta trazida pelo Sindicato, alegando incompatibilidade de agenda. Manifestamos nossa indignação com a postura gerencial e exigimos que a partir da próxima reunião seja lavrada ata com as posições trazidas pelos trabalhadores e as respostas da direção da Petrobras.

UTES Breitener – foram realizadas reuniões com a diretoria, em 11 e 22/03, para discussão da pauta da categoria. No primeiro dos encontros (virtuais) foi acertada a criação de uma comissão com participação do sindicato, administração da empresa e profissional de saúde, a qual ainda não foi estabelecida.

O sindicato cobrou a efetiva redução de efetivo, com manutenção das condições de segurança operacional e apresentação das listas de convocados para o trabalho presencial e seus setores, para conferência da necessidade da continuidade das atividades, o que também não foi cumprido. Os dirigentes sindicais denunciaram que os acordos sobre escalas firmados nas reuniões têm sido negligenciados pelos responsáveis pela tarefa.

Foi exigida, também, a disponibilização de máscaras padrão N-95 e

PPF2 para todos(as) e o recolhimento das máscaras de baixa qualidade que estavam sendo oferecidas. A empresa informou que tem disponibilizado máscaras cirúrgicas de tripla proteção desde 2 de março.

Transpetro – respondeu via ofício, em 17/03, com um documento repleto de falsidades.

Sobre efetivo, afirmação genérica de que “é reavaliado de forma constante”, sem mencionar que foram convocados ao trabalho presencial a quase totalidade dos(as) trabalhadores(as) do horário administrativo. Diz ainda que há disponibilização de máscaras PPF2, o que de fato ocorre. No entanto, o uso não está disseminado entre a força de trabalho, o que mostra negligência da gerência. Particularmente entre os terceirizados o quadro é ainda pior, por (ir)responsabilidade das empresas não fornecerem máscaras adequadas e os trabalhadores não terem condições de adquirir máscaras de qualidade.

Sobre o trabalho das equipes de SMS e manutenção, o documento se limita a dizer que “estão atuando em regime de trabalho compatível com a necessidade de atendimento às demandas indispensáveis”.

(continua...)

NOSSAS VIDAS IMPORTAM (CONTINUAÇÃO)

Porém os trabalhadores denunciaram que todos foram convocados para o trabalho presencial permanente - no pior momento da pandemia. A reivindicação do sindicato é pela convocação apenas para atividades essenciais, garantindo a segurança operacional.

É preciso, ainda, acompanhamento dos empregados que foram infectados pela Covid e muitas vezes carregam sequelas físicas e emocionais dos impactos pessoais e familiares da doença.

AMS: BELÉM PRECISA DE ATENÇÃO!

Os beneficiários da AMS em Belém (PA) tem passado por muitas dificuldades com o colapso da rede conveniada (e também da pública) para atendimento a casos graves de Covid.

Em 8 de março, quando apenas um dos 5 hospitais da rede dispunha de atendimento ambulatorial e UTI, o Sindipetro informou a situação em ofício à Petrobras, solicitando providências antes do esgotamento das vagas.

Somente 15 dias depois, em documento vago e sem apresentar qualquer alternativa concreta à situação, o RH da empresa se limitou a informar que foi montada uma sala de controle com o monitoramento de casos e das internações por Covid-19, sendo esta responsável pela disponibilização de leitos.

Também informou a possibilidade do teleatendimento, que no entanto não resolve a situação da necessidade dos leitos e tem tido limitações por questões de acessibilidade por parte de muitos beneficiários. E negou a reunião para ouvir as demandas e propostas das representações sindicais da categoria.

Conforme descrito acima, as direções regionais das empresas do Sistema Petrobras têm negligenciado medidas necessárias e proporcionais ao enfrentamento da pandemia, que assola descontroladamente nosso país. Os cúmplices do genocídio Bolsonaristas querem cumprir suas metas por cima da dignidade da categoria.

O Sindipetro chama todos(as) a se manterem atentos aos próximos direcionamentos, e prontos para a necessária mobilização contra o descaso da Petrobras com os(as) trabalhadores(as)!

Não tardaram a surgir demandas de beneficiários sem vagas para internação por Covid, o que exigiu grande esforço de gestão do Sindicato junto à AMS para disponibilização de atendimento.

Assim como ocorreu no colapso da rede de Manaus (AM) em janeiro, é preciso disponibilizar a alternativa de *home care*, o Programa de Atenção Domiciliar (PAD), para casos com sintomas iniciais da doença.

Além disso, é preciso que haja um plano de contingência, em constante atualização junto ao sindicato, com monitoramento cotidiano das vagas e possibilidades de remoção para outras localidades por meio de UTI aérea.

Surto de Covid no TA Belém(PA)

Recebemos informações sobre um possível surto de Covid atingindo esta semana diversos empregados próprios e terceirizados no terminal.

O Sindipetro PA/AM/MA/AP vai formalizar pedido de explicações mais detalhadas sobre a situação e exigir a redução do efetivo para o mínimo, já!

EDITORIAL

PELO FIM DA LEI DE "SEGURANÇA NACIONAL"!

Tem se tornado cena recorrente no país: acuado por eventos ou pesquisas que minem sua popularidade, Bolsonaro profere ameaças autoritárias de um possível golpe de Estado e aumentam as ofensivas judiciais contra seus opositores.

A maioria destas é baseada num instrumento jurídico que segue como resquício da ditadura militar (1964-85): a Lei de Segurança Nacional (LSN).

O texto foi promulgado em 1983, durante o mandato do ditador general Figueiredo e, por covardia dos governos civis, seguiu sem revogação no período da chamada "redemocratização" (Nova República).

A LSN, ao estabelecer critérios vagos e moldados para perseguir os que criticam o governo (prevê como crime, por exemplo, "caluniar ou difamar" o presidente da república - aumentando, por conta do cargo, pena já prevista no Código Penal), serve como uma luva para perseguição por conveniência política.

Assim, vimos casos recentes como: a queixa do filho do presidente ("Carluxo" Bolsonaro) contra o youtuber Felipe Neto (por chamar o presidente pelo que ele é: genocida); a investigação contra o cartunista Aroeira por publicação de charge associando Bolsonaro ao nazismo; a prisão de um jovem de Uberlândia por uma postagem irônica contra o presidente em rede social; e, finalmente, a detenção de cinco ativistas em Brasília (DF) por ostentarem uma faixa com os dizeres "Bolsonaro Genocida).

A falta do "acerto de contas" com o regime militar por parte dos governos civis levou à normalização de discursos e práticas autoritárias em nosso país. É preciso lutarmos pela queda da LSN e um amplo processo de memória e justiça dos crimes da ditadura, com reparação às vítimas do cruel regime. E fora Bolsonaro, genocida!

BOLETIM INFORMATIVO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DO PETRÓLEO NOS ESTADOS DO PARÁ, AMAZONAS, MARANHÃO E AMAPÁ

BELÉM (PA) - AV. ALCINDO CACELA, 1264, ED. EMPIRE CENTER, SALA 101, NAZARÉ, CEP: 66040-020 TELEFONES: (091) 3246-0488/ 0439; E-MAIL: SPETROPA@SINDIPETROPAAMMAAP.ORG.BR
MANAUS (AM) - R. PROFª CACILDA PEDROSO, Nº 529, ALVORADA I, CEP: 69043-000 TELEFONES: (092) 3656-7860/ 3657-1395; E-MAIL: SECRETARIA@SINDIPETROPAAMMAAP.ORG.BR
SITE: WWW.SINDIPETROAMAZONIA.ORG.BR / E-MAIL DIRETORIA DE IMPRENSA: COMUNICACAO@SINDIPETROAMAZONIA.ORG.BR
PUBLICAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DA DIRETORIA COLEGIADA DO SINDIPETRO PA/AM/MA/AP
GESTÃO 2020-2023 "DEFENDER A PETROBRÁS NA LUTA"